Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Recebido em: 08/05/25
Protocolo

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
12/05/25
Edson Souza
Vereador • 1º Secretário

REQUERIMENTO Nº 223 , DE 2025.

(Proponente: Vereador Fão do Bolsonaro/PL)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascavel.

REQUEIRO, nos termos do art. 149, § 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, seja encaminhado expediente a Secretaria Municipal de Serviços e Obras Públicas - SESOP, solicitando informações sobre a iluminação publica.

1. Qual o valor total destinado à iluminação pública no orçamento municipal dos últimos três anos (2023, 2024 e 2025)?

2. Qual o valor efetivamente executado em cada um desses anos?

3. Qual a origem dos recursos aplicados (recursos próprios, CIP – Contribuição de Iluminação Pública, convênios, emendas, etc.)?

4. Quais os principais contratos vigentes relacionados à iluminação pública, incluindo valores e empresas contratadas?

5. Existe saldo disponível atualmente para ampliação, modernização ou manutenção da rede de iluminação pública?

6. Quanto é arrecadado mensalmente com a CIP (Contribuição de Iluminação Pública) no município?

7. Existe previsão no plano orçamentário para investimentos em tecnologias mais eficientes, como iluminação em LED?

8. Qual o custo médio mensal com a manutenção do sistema de iluminação pública?

9. Há previsão de novos investimentos com verbas federais ou estaduais para ampliação do sistema?

10. O município possui estudos de custo-benefício ou auditorias sobre os gastos com iluminação pública?

É o que requer. Sala das Sessões.
Cascavel, 5 de maio de 2025.

CONFERIDO
DIRETORIA LEGISLATIVA

Fão do Bolsonaro
Vereador/PL

Justificação

A solicitação das informações referentes à iluminação pública tem como objetivo assegurar a transparência e o controle social sobre a aplicação dos recursos públicos em um serviço essencial à população. A iluminação pública impacta diretamente na segurança, mobilidade, bem-estar e qualidade de vida dos munícipes, além de representar uma parcela significativa do orçamento municipal.

Compreender os valores destinados e efetivamente executados nos últimos três anos permite avaliar a eficiência na gestão orçamentária e identificar eventuais discrepâncias entre o planejado e o realizado. A origem dos recursos aplicados, especialmente no que se refere à Contribuição de Iluminação Pública (CIP), é de interesse público, pois envolve a arrecadação direta junto aos cidadãos, o que exige um acompanhamento rigoroso quanto à sua destinação.

O conhecimento dos contratos vigentes, empresas envolvidas e valores contratados é essencial para garantir a lisura dos processos e a adequada execução dos serviços. Além disso, a verificação da existência de saldo para modernização ou expansão do sistema, bem como das previsões de investimentos em tecnologias mais eficientes, como a iluminação em LED, permite analisar se o município está comprometido com práticas sustentáveis, econômicas e inovadoras.

A análise do custo mensal com manutenção e a eventual previsão de novos investimentos com verbas estaduais ou federais complementam esse diagnóstico, oferecendo subsídios para debates, proposições e decisões mais fundamentadas no âmbito do poder público.

Por fim, a existência (ou não) de estudos de custo-benefício ou auditorias contribui para a avaliação da qualidade da gestão dos recursos e a adoção de medidas corretivas ou de aprimoramento. Dessa forma, esta solicitação se justifica como uma ação voltada à fiscalização, planejamento e busca por uma gestão pública mais eficiente, transparente e responsável.

CONFERIDO
DIRETORIA LEGISLATIVA